

TRIBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

DETERMINAÇÃO PLENÁRIA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº 17/2021/TCM-PA, de 04 de agosto de 2021.

EMENTA: *SUBSTITUI O ANEXO DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2020/TCM/PA, DE 16/12/2020, QUE APROVA O PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM-PA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Resolução Administrativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO, a aprovação da Resolução Administrativa nº 19/2019 que instituiu a obrigatoriedade de aprovação e regulamentação do **Plano Anual de Fiscalização – PAF**, no âmbito do TCM-PA; e

CONSIDERANDO, a edição da Resolução Administrativa nº 01/2021/TCM-PA, que revogou a Resolução Administrativa nº 02/2020/TCM-PA e que dispõe sobre a implantação, estruturação, competências e funcionamento dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica substituído o Anexo da Resolução Administrativa nº 18/2020/TCM-PA pelo disposto nesta Resolução a fim de nortear as atividades de Controle Externo desta Corte de Contas.

Art. 2º. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCM-PA - DIPLAMFCE, após ciência do Relator, na forma do art. 64, incisos X a XIII, da Resolução Administrativa nº 01/2021/TCMPA, a competência para expedição de atos de alerta, notificações e/ou outras comunicações aos Prefeitos Municipais e demais ordenadores, bem como aos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas por esta Resolução Administrativa.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 04 de agosto de 2021.

www.tcm.pa.gov.br

← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

f t i @tcm para

TCM PA
1983 - 2019DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

ANEXO

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
– EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 –

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Fiscalização – PAF 2021 é um instrumento de coordenação das atividades do controle externo, que objetiva estabelecer e fixar as diretrizes para as atividades de fiscalização; definir e orientar as áreas de atuação do controle externo; intensificar as atividades de fiscalização (auditorias, acompanhamentos, inspeções, levantamentos e monitoramentos); e uniformizar os processos e procedimentos de trabalho a serem adotados sob as premissas de incremento da eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações.

Trata-se de uma das boas práticas que se incorporou – a partir de diversas experiências demonstradas em outros estados da federação brasileira – no âmbito desta Corte de Contas, cuja construção sempre tem sido feita com o interesse de edificar uma proposta fundada na participação, interação e alinhamento aos objetivos estratégicos do Projeto “TCM 180” e do Planejamento Estratégico 2015/2030.

Ressalte-se que, em razão da crise mundial na saúde trazida pela disseminação em escala global da **COVID-19**, enfrentada pelo Brasil desde meados de fevereiro de 2020, são muitos os impactos significativos aos Poderes Públicos Municipais, jurisdicionados do TCM-PA. Neste contexto, reforça-se a necessidade de fortalecimento das competências pedagógicas, preventivas e fiscalizatórias do TCM-PA, as quais, em boa medida, são materializadas com a elaboração deste documento, impondo-se a sua observância, uma vez que é baliza que norteia as ações da Área Técnica de Controle Externo do Tribunal.

DAS DIRETRIZES DA FISCALIZAÇÃO

O PAF-2021 está delineado a partir das seguintes diretrizes de fiscalização, de caráter impositivo ao controle externo do TCM-PA:

- a) Alinhamento com o Planejamento Estratégico 2015/2030**, que implantou a gestão estratégica no Tribunal de Contas, modernizando a sua forma de atuação com vistas a aumentar a eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle externo;
- b) Alinhamento com as diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON**, visando ao aprimoramento dos Tribunais de Contas do Brasil, por meio do cumprimento de suas Resoluções;
- c) Alinhamento com a Matriz de Risco de cada área específica de fiscalização** que prioriza as ações de acordo com os critérios de materialidade, relevância e criticidade;
- d) Fixação de planejamento da fiscalização**, que observa metodologia e padrões de procedimentos estabelecidos em Ordem Técnica Interna de Serviço – OTIS e Ordem de Serviço – OS;
- e) Especialização na execução das fiscalizações**, em observância à reestruturação iniciada no TCM-PA em 2019, que, objetivando aumentar a efetividade do controle externo, estabeleceram que as atividades fiscalizatórias de 2021 serão realizadas por controladorias e diretoria dotados de corpo técnico especializado e com competências exclusivas para executar cada instrumento de fiscalização previstos legal e regimentalmente;
- f) Otimização de recursos**, focado no melhor aproveitamento dos recursos (humanos, financeiros e materiais)



existentes, por intermédio da reorganização de sua estrutura interna, observando a particularidade de cada área; traçando-se diretrizes de modo a conciliar o planejamento efetivo com a especialização dos instrumentos de fiscalização e visando sua otimização para a melhoria da gestão pública;

g) Aprimoramento da fiscalização, proporcionando celeridade processual com foco na efetividade e na tempestividade das decisões de controle. O TCM-PA com vistas a prevenir a ocorrência de danos e dar respostas mais céleres e eficazes à sociedade, utilizará técnicas de fiscalização que contribuam para o aprimoramento e melhoria do desempenho da gestão pública municipal; e

h) Fortalecimento da integração entre o Tribunal, Jurisdicionado e Sociedade. A integração entre os entes estimula a transparência e incentiva as pessoas, isoladamente, ou em grupos organizados, a exercerem seus direitos de cidadania a fim de assegurar resultados concretos e benéficos à sociedade.

DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

O PAF-2021 contempla 04 (quatro) áreas de atuação, sendo 03 (três) temáticas (educação, saúde e previdência social), e 01 (uma) transversal, que engloba a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, atos de pessoal e obras e serviços de engenharia comuns a todas as áreas temáticas, inclusive o tratamento de estoque processual existente.

Entende-se como área temática do controle externo, neste caso concreto, aquela que está relacionada à gestão das políticas públicas acima apresentadas, e como área transversal aquela conexa à gestão administrativa.

3.1. ÁREA TEMÁTICA 1: EDUCAÇÃO

3.1.1. Monitoramento de auditoria operacional realizada por meio do Programa “TCMPA nas Escolas” no exercício de 2018.

3.1.2. Acompanhamento do Plano Municipal de Educação dos Municípios Paraenses, acerca do cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no PME.

3.1.3. Fiscalizações, em municípios, por meio do Programa “TCMPA nas Escolas” na versão 2021. Esta ação para ocorrer dependerá da situação da pandemia da COVID-19.

3.1.4. Auditoria Operacional Coordenada dentro da Rede Integral.

3.1.5. Levantamento diagnóstico da situação de retorno às aulas para o período letivo do ano de 2021 da rede pública municipal de ensino considerando a necessidade de medidas para o enfrentamento da pandemia.

3.1.6. Planejamento e execução do Programa de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará.

3.1.7. Fiscalizações extraordinárias, desde que aprovadas previamente pelo Tribunal Pleno, advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação prioritária e concomitante do TCM-PA, não prevista pelo PAF-2021.

3.2. ÁREA TEMÁTICA 2: SAÚDE

3.2.1. Acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Saúde e do Planejamento Anual de Saúde e da elaboração do Relatório Anual de Gestão, junto aos jurisdicionados e demais entidades representativas da Sociedade Civil.



3.2.2. Acompanhamento dos procedimentos adotados pelos municípios relativos à elaboração, aprovação e divulgação dos Planos Municipais de Saúde (vigência 2022/2025).

3.2.3. Efetivação do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” COVID-19, conforme normatização própria, especialmente no que tange à oferta de leitos, contratações de profissionais, oferta de oxigênio, medicamentos e plano de vacinação.

3.2.4. Fiscalizações extraordinárias, desde que aprovadas previamente pelo Tribunal Pleno, advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação prioritária e concomitante do TCMPA, não prevista pelo PAF-2021 e, também observada a viabilidade de deslocamento de servidores, em virtude das condições sanitárias mediante cenário da Pandemia **COVID-19**.

3.3. ÁREA TEMÁTICA 3: PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.3.1. Acompanhamento tempestivo, por meio da Auditoria do Desempenho dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, com foco restritivo e seletivo nos pontos de controle estabelecidos na Instrução Normativa n.º 002/2016/TCMPA, com vistas a avaliar a sustentabilidade da gestão previdenciária e o equilíbrio financeiro e atuarial.

3.3.2. Fiscalizações extraordinárias, desde que aprovadas previamente pelo Tribunal Pleno, advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação prioritária e concomitante do TCMPA, não prevista pelo PAF-2021.

3.4. ÁREA TRANSVERSAL: GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL COMUNS A TODAS AS ÁREAS TEMÁTICAS

3.4.1. Instrução inicial/citação das unidades gestoras remanescentes, relativas ao exercício de 2019, em conformidade com o modelo de Relatório Eletrônico Integrado – REI, devidamente aprovado em ato próprio.

3.4.2. Instrução inicial/citação das unidades gestoras do exercício de 2020, em conformidade com o modelo de Relatório Eletrônico Integrado – REI, devidamente aprovado em ato próprio.

3.4.3. Avaliação dos processos orbitais do tipo: denúncias, convênios, entre outros, autuados em 2021, dando prioridade àqueles que impactem no ano corrente e subsequentes.

3.4.4. Análise dos procedimentos de contratação disponibilizados por meio do Mural de Licitações, exercício 2021.

3.4.5. Emissão de Atos de Alerta, conforme a necessidade e de acordo com os prazos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000).

3.4.6. Análise da Transparência Pública referente ao exercício de 2021, com a emissão de notificação, caso necessária, nos moldes das Leis da Transparência (LC nº 131/2009), Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e Lei Federal nº 13.460/2017.

3.4.7. Auditoria no Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II), parcialmente realizado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Contrato de Empréstimo Nº. 3303/OC-BR (BR-L1369), sobre a execução do projeto até dezembro de 2020.

3.4.8. Auditoria no Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II), parcialmente realizado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Contrato de Empréstimo Nº. 3303/OC-BR (BR-L1369), sobre a execução do projeto até junho de 2021.



3.4.9. Fiscalização de obras e serviços de engenharia relevantes.

3.4.10. Fiscalização de obras e serviços de engenharia emergencial na área de saúde.

3.4.11. Fiscalização de aquisição de material específico para obra e serviço de engenharia.

3.4.12. Apoiar as demais áreas de controle externo, participando, quando solicitado, da execução de projetos ou atividades pontuais que demandem conhecimentos específicos da área de engenharia.

3.4.13. Levantamento de novas obras paralisadas.

3.4.14. Monitoramento de obras declaradas pelos gestores municipais como paralisadas, em 2019.

3.4.15. Fiscalização do atendimento dos requisitos mínimos dispostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos nos planos municipais de resíduos sólidos

3.4.16. Fiscalização da receita da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

3.4.17. Análise de legalidade dos atos de aposentadoria, pensão e revisão de proventos, nos moldes da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA.

3.4.18 Análise de legalidade dos atos de admissão de pessoal efetivo, nos moldes da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA, com emissão de parecer inicial e, se for o caso, encaminhamento para diligência, nos processos autuados em 2020/2021.

3.4.19 Análise de legalidade dos contratos temporários celebrados em 2020 e 2021, nos moldes da Resolução Administrativa n.º 18/2018/TCMPA, desvinculada da prestação de contas, com possibilidade de tomada de contas especial em caso de dano ao erário ou aplicação de multa em caso de irregularidades.

3.4.20. Análise de legalidade dos atos de fixação ou revisão de subsídios dos agentes políticos, autuados em 2020 e 2021, relativos à legislatura de 2021 a 2024, desvinculada da prestação de contas, com possibilidade de tomada de contas especial em caso de dano ao erário ou aplicação de multa em caso de irregularidades nos moldes de ato normativo próprio.

3.4.21. Análise de legalidade dos atos de fixação de remuneração e concessão de revisão geral anual e reajuste a servidores.

3.4.22. Análise de legalidade dos atos de fixação de diárias.

3.4.23. Fiscalizações ordinárias nas áreas não previstas neste PAF, deliberadas pelo Conselheiro Relator, desde que necessárias a suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição, bem como para apurar denúncias ou representações.

3.4.24 Fiscalizações extraordinárias, desde que aprovada, previamente, pelo Pleno, advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação do TCM-PA.

3.5. ESTOQUE PROCESSUAL:

3.5.1. O tratamento do estoque processual deverá observar ato normativo próprio.



3.5.2. Instrução inicial/citação das unidades gestoras remanescentes do exercício de 2018, com análise em conformidade com o modelo de Relatório Eletrônico Integrado – REI, devidamente aprovado em ato próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAF-2021 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará consiste em um documento formulado de modo integrado entre as unidades técnicas de controle externo, que contém a definição de diretrizes e delimitação das áreas de atuação prioritárias estabelecidas deste órgão fiscalizador.

Tal instrumento de planejamento, contudo, não se apresenta com caráter impermeável ou intransponível à realização de fiscalizações fora do seu escopo, decorrente do surgimento de situações extraordinárias relevantes, não previstas, ou ainda, demandadas por intermédio de termos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres.

Há de se ressaltar que da fiscalização resultará relatório gerencial, que será submetido ao controle de qualidade realizado pela Unidade Técnica de Controle Externo, o qual será construído em atendimento aos padrões estabelecidos na Ordem Técnica Interna de Serviço (OTIS) e nas Ordens de Serviços (OS), instruído, obrigatoriamente, da documentação levantada e com pertinência à ação de controle, resultante dos procedimentos fiscalizatórios, além de conter a análise do confronto de todos os trabalhos planejados, os efetivamente realizados e os aqueles em andamento, com o objetivo de detectar e trazer à tona as possíveis distorções, analisar suas causas e tornar possíveis as correções necessárias.

Por fim, é importante afirmar que este Plano foi idealizado como principal instrumento de coordenação das atividades do controle externo para o ano-calendário de 2021, com a intenção de padronizar os processos de trabalho, consolidar, orientar e dar transparência às atividades fiscalizatórias previstas para o exercício financeiro, com vistas a aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade das fiscalizações, proporcionando resultados cada vez mais concretos e benéficos à sociedade paraense, além de permitir a elaboração de registro histórico das ações e dos resultados produzidos, a serem utilizados como instrumento de gerenciamento da atuação do TCM-PA e do consequente aperfeiçoamento das administrações municipais.

DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DECISÃO MONOCRÁTICA

CONSELHEIRA MARA LÚCIA

DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA (JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)

Processo n.º: 202102749-00

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: Câmara Municipal de Tucumã

Responsável: José Valnei Pinto de Oliveira

Decisão Recorrida: Acórdão n.º 36.714, de 01/07/2020

Processo Originário n.º 105002.2015.2.000-00 (Prestação de Contas de Gestão)

Exercício: 2015

Tratam os autos de **Recurso Ordinário (fls. 01-16)**, interposto pela Sr. **JOSÉ VALNEI PINTO DE OLIVEIRA**, responsável legal pelas contas de gestão da **CÂMARA MUNICIPAL DE TUCUMÃ**, exercício financeiro de **2015**, com arrimo no art.

